



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA**  
*Estado de Goiás*

**CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO DE LEILOEIRO OFICIAL**  
**Edital nº 001/2023**

**1. PREÂMBULO**

**1.1 O MUNICÍPIO DE CORUMBAÍBA**, inscrito no CNPJ nº 01.302.603/0001-00, pessoa jurídica de direito público interno, com a sede na Rua Simon Bolívar, nº 58, Centro, Corumbáiba/GO, CEP 75.675-000, através de sua Comissão de Licitação, designada através de Decreto Municipal, TORNA PÚBLICO que se encontra aberto, **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE LEILOEIRO OFICIAIS**, regularmente registrados na Junta Comercial do Estado de Goiás – JUCEG, para a eventual realização de leilões de bens inservíveis, sucatas e bens automotivos do Município de Corumbáiba - GO.

**1.1.1.** Em conformidade com o que dispõe a Constituição da República, em especial o seu artigo 37 e, disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

**1.1.2.** Os envelopes contendo a documentos de Habilitação serão recebidos no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Corumbáiba – GO, **a partir do dia 24/04/2023 até dia 10/05/2023, sendo que o horário de expediente da Prefeitura Municipal é das 07:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas.**

**1.1.3.** Uma vez definida a necessidade de Leilão, a Comissão Permanente de Licitações recorrerá à lista de Leiloeiros com Credenciamento válido até aquela data e aptos a participarem do sorteio.

**2. REFERÊNCIAS**

**2.1.** O Edital e maiores informações, poderão ser obtidos pelo site ou na sala de Licitações desta Prefeitura, em horário normal de expediente ou ainda informações pelo e-mail: [licitacaopmcorumbaiba@gmail.com](mailto:licitacaopmcorumbaiba@gmail.com) ou pelo site [www.corumbaiba.go.gov.br](http://www.corumbaiba.go.gov.br).

**2.2.** A Comissão Permanente de Licitações poderá realizar diligências afim de dirimir dúvidas acerca da documentação apresentada pelas empresas.

**2.3.** Os Envelopes serão entregues devidamente acompanhados do respectivo Protocolo, endereçado para o Departamento de Licitações, sito Rua Simon Bolívar, nº 58, Centro, Corumbáiba /Go.

**3. DO OBJETO**

**3.1.** O presente Edital destina-se ao **CREDENCIAMENTO DE LEILOEIRO OFICIAIS**, regularmente registrados na Junta Comercial do Estado de Goiás – JUCEG, para a eventual realização de leilões de bens inservíveis ao Município de Corumbáiba - GO.

**4. DAS CONDIÇÕES DE CREDENCIAMENTO**

**4.1.** Poderão participar deste processo os interessados que atenderem a



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA**  
*Estado de Goiás*

---

todas as exigências contidas neste edital e seus anexos.

**4.2.** Que estejam devidamente matriculados na Junta Comercial do Estado de Goiás – JUCEG, no pleno gozo de suas funções, e que preencham as condições previstas neste edital.

## **5. DOS IMPEDIMENTOS AO CREDENCIAMENTO**

**5.1.** Estarão impedidos de participar de qualquer fase do certame os leiloeiros oficiais que se enquadrem em quaisquer das situações a seguir.

**5.2.** Que não atendam a todos os requisitos neste edital;

**5.3.** Impedidos de licitar ou contratar com a Prefeitura de Corumbáiba - GO ou, que tenham sido declarados inidôneos, nos termos do Artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93;

**5.4.** Destituídos ou suspensos do exercício da função.

## **6 DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

**6.1** Em decorrência das decisões relacionadas com o presente credenciamento, nos termos dos arts. 41 e 109 da Lei nº 8.666/93 é facultada a interposição de:

**6.1.1. IMPUGNAÇÃO** ao edital, pelo licitante, em face de vícios ou irregularidades porventura nele existentes.

**6.1.2. IMPUGNAÇÃO** ao edital, por qualquer cidadão, por irregularidades na aplicação da Lei nº 8.666/93.

## **7. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS**

**7.1** Quanto à apresentação dos documentos:

**7.1.1** Os documentos deverão ser apresentados em original ou por qualquer processo de fotocópia autenticada em cartório competente, ou cópia com apresentação do original, podendo, neste caso, a Comissão Permanente de Licitações conferir com o original as cópias apresentadas, atestando sua autenticidade.

**7.1.2** Não serão aceitos documentos com rasuras, ilegíveis, bem como fotocopiados por intermédio de papel térmico.

**7.1.3** Os documentos, inclusive os Atestados de Capacidade Técnica, deverão ser emitidos em favor do interessado (empresa solicitante).

**7.2** Quanto à confirmação de certidões via Internet:

**7.2.1** Quando a certidão for emitida por sistema eletrônico, sua aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade pela Internet ou perante o órgão emissor.

**7.3** Do prazo de validade dos documentos:

- a.** É imprescindível que os documentos estejam dentro do prazo de validade.
- b.** Os documentos que omitirem o prazo de validade serão considerados como válidos pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua emissão.
- c.** Os interessados deverão estar cientes da legislação que rege os prazos de validade das certidões emitidas pelos respectivos órgãos



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA**  
*Estado de Goiás*

---

Fazendas Estadual e Municipais.

**7.4** Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipais:

**7.4.1** Os interessados deverão obedecer ao que determina a legislação especificado Estado e Município de seu domicílio.

**7.5** Quanto à apresentação dos Atestados de Capacidade Técnica:

**7.5.1** Não serão aceitos Atestados de Capacidade Técnica, emitidos pelo próprio interessado, bem como por empresas que possuam ligações societárias com o interessado.

## **8. DOS DOCUMENTOS**

**8.1** Os interessados deverão apresentar os documentos abaixo:

**8.1.1** Termo de Inscrição para o Credenciamento, conforme o Modelo do **ANEXO I** do Edital.

**8.1.2** Certidão emitida pela Junta Comercial do Estado de Goiás - JUCEG, dando conta de que o interessado se acha devidamente matriculado como Leiloeiro naquele órgão, indicando o número e data da respectiva matrícula.

**8.1.3** Cópia da Carteira de Identidade do licitante ou outro documento oficial equivalente.

**8.1.4** Cópia do Cadastro da Pessoa Física – CPF.

**8.1.5** Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal, comprovado com Certidão Negativa de Débito expedida pela Prefeitura Municipal, do domicílio ou sede da proponente.

**8.1.6** Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente.

**8.1.7** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal compreendendo os Tributos Federais.

**8.1.8** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

**8.1.9** Certidão que prove o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), consoante disposição do art. 195, § 3º, da Constituição Federal;

**8.1.10** Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o interessado realizou eventos análogos (leilões empresariais, judiciais e/ou extrajudiciais de bens móveis inservíveis, bens automotivos e bens imóveis).

**8.1.10.1.** O(s) atestado(s) deverá(ão) estar emitido(s) em papel (eis) timbrado(s) do(s) Órgão(s) ou da(s) Empresa(s) que o expediu(ram), ou deverá(ão) conter carimbo do CNPJ do(s) mesmo(s), com a devida identificação do responsável pela assinatura do atestado.

**8.1.11** Declaração elaborada e subscrita pelo representante legal da licitante, de cumprimento com o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999, nos termos do **Anexo II** do Edital.

**8.1.12** Declaração elaborada e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando que dispõe de recursos tecnológicos necessários para



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA**  
*Estado de Goiás*

realização do leilão eletrônico, por meio de plataforma de transação, via WEB, incluindo locais apropriados, concomitante ao leilão presencial.

**8.1.13** Declaração elaborada e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, conforme modelo **ANEXO III**, devendo ser apresentada em original.

**8.2** Disposições Gerais da Habilitação

**8.2.1** Os documentos que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitos com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias consecutivos de antecedência da data prevista para apresentação das propostas, exceto comprovante de Inscrição no CNPJ e/ou CPF e, atestados exigidos na Qualificação Técnica.

## **9 DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO**

**9.1** O envelope contendo a “DOCUMENTAÇÃO” será recebido no Departamento de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal.

**9.2** O envelope deverá ainda indicar em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

**MUNICÍPIO DE CORUMBAÍBA**  
**CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO DE LEILOEIRO**  
**Nº 001/2023 PROPOONENTE:**  
**ENVELOPE Nº 01 – HABILITAÇÃO**

**9.3** O Município de Corumbáiba – GO não se responsabiliza por envelopes, bem como, outras documentações não entregues no local, data, horário e condições definidas neste edital.

**9.4** O envelope de documentação poderá ser remetido via postal dentro do prazo fixado definido no item 2.3. deste edital, no entanto, o Município não se responsabiliza por possíveis atrasos, extravios ou perdas do referido envelope.

**9.4.1** Não serão aceitos protocolos postais ou justificativas pela não entrega do mesmo.

**9.4.2** Para a participação do interessado no certame é condição indispensável a entrega do envelope no local e dentro do prazo fixado no presente edital.

## **10 DO JULGAMENTO DOS INSCRITOS**

**10.1** A Comissão Permanente de Licitações, em Sessão Pública, fará o registro de cada inscrição recebida, procedendo à abertura dos envelopes, permitindo vistas aos documentos pelos presentes.

**10.2** Durante a análise da documentação, a Comissão Permanente de Licitações poderá convocar os Interessados para quaisquer esclarecimentos, porventura necessários, para elucidar possíveis dúvidas verificadas durante o processo de análise e julgamento das inscrições ao Credenciamento.

**10.3** Durante a análise da documentação, a Comissão Permanente de



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA**  
*Estado de Goiás*

---

Licitações exigirá estrita observância de todos os requisitos de pré-qualificação previstos no Edital.

**10.4** Concluída a análise, o resultado do julgamento será publicado, através de Ato Público, e a partir desta data, passa a vigorar o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de recurso contra decisão de habilitação ou inabilitação.

**10.5** Esgotados os prazos de recurso, o Município publicará a relação do(s) Credenciado(s) decorrente daquela Sessão, apto(s) a comporem a Lista de Leiloeiros Classificados no Credenciamento.

**10.6** Aos Aptos, o Município expedirá Termo de Credenciamento de Leiloeiro Oficial junto ao Município de Corumbáiba-GO.

**10.7** O Credenciamento do Leiloeiro terá validade de 12 meses.

**10.8** Da Sessão Pública de recebimento, abertura e julgamento das propostas, será lavrada ata com assinatura dos presentes.

**10.9** O resultado do julgamento dos inscritos se fará através do Placard e sítio da Prefeitura Municipal de Corumbáiba – GO e extrato da matéria publicado em jornal de grande circulação.

## **11 DOS RECURSOS**

**11.1** Os Proponentes não habilitados poderão interpor recurso devendo apresentar suas razões, por escrito, endereçada ao Município de Corumbáiba-GO, e protocolada no endereço constante no preâmbulo deste edital.

**11.2** Apresentados os recursos, os mesmos serão respondidos ao interessado no prazo de três dias úteis da data do protocolado.

**11.3** A Proponente, depois de informada das decisões da Comissão Permanente de Licitações, no tocante à habilitação ou julgamento de inscrição e se dela discordar, terá o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, contados da intimação do ato ou da lavratura da ata, se presente no momento da abertura.

**11.4** Interposto o recurso, dele se dará ciência aos demais Postulantes que poderão impugná-lo no prazo de cinco dias úteis.

**11.5** O RECURSO deverá ser apresentado no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato ou da lavratura da ata pela Comissão Permanente de Licitação e Julgamento, dos seguintes atos:

**11.6** Julgamento do certame licitatório, dirigido ao Gestor Municipal por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, que poderá reconsiderar a decisão ou mantendo-a, fazê-lo subir à autoridade superior para decisão.

**11.7** Não caberá mais de um recurso sobre a mesma matéria por parte de um mesmo licitante, bem como não caberá recurso em mesmo grau sobre matéria já decidida.

**11.8** As contrarrazões poderão ser propostas pelos interessados no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da publicação das vistas do recurso administrativo proposto.

**11.9** Não serão acolhidas as impugnações e/ou recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou identificado no processo para responder pelo interessado.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA**  
*Estado de Goiás*

---

**11.10** O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**11.11** As razões de impugnação ao edital, as razões do recurso e as contrarrazões, quando propostas, deverão ser formalizadas por escrito e devem ser protocoladas na Prefeitura Municipal e entregue ao Departamento de Licitações e Contratos, cujo endereço encontra-se disposto no cabeçalho, impreterivelmente no horário de expediente externo da Prefeitura Municipal de Corumbáiba - GO.

## **12 DA CLASSIFICAÇÃO DOS LEILOEIROS**

**12.1** A Comissão Permanente de Licitações elaborará a lista dos Leiloeiros Oficiais que atenderam aos requisitos deste edital, aptos a participarem do processo de sorteio.

**12.2** A seleção de Leiloeiro Oficial para promover Leilões de bens da administração pública será procedida através de SORTEIO.

**12.3** Uma vez definida a necessidade de Leilão, a Comissão Permanente de Licitações recorrerá à lista de Leiloeiros com Credenciamento válido até aquela data e aptos a participarem do sorteio.

**12.4** Os credenciados serão avisados dia horário do sorteio o qual plataforma será utilizada para transmissão.

**12.5** O Leiloeiro escolhido no sorteio fica apto a formalizar o Contrato de Prestação de Serviços com o Município e atuar no Leilão previamente definido.

**12.6** Caso o Leiloeiro sorteado esteja irregular ou ser recusar a assinatura do Contrato, proceder-se-á a novo sorteio.

**12.7** A Administração não se obriga a utilizar-se dos Leiloeiros Oficiais quando entender mais adequado a opção pelo Leiloeiro administrativo.

## **13 DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

**13.1** A Contratação do Leiloeiro será efetivada por meio da assinatura do contrato de prestação de serviço, que conterà, dentre suas cláusulas, as de Obrigações do Leiloeiro e Obrigações do Contratante, com fundamento no art. 25, caput da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações e, após regular realização de processo administrativo, conforme Minuta de Contrato - ANEXO IV, parte integrante deste edital.

**13.2** O Contratado deverá assinar o contrato de prestação de serviço no prazo de 5 (cinco) dias, contados da sua convocação, podendo tal prazo ser prorrogado por uma única vez, a critério do Contratante.

**13.3** A recusa injustificada em assinar o contrato dentro do prazo previsto no subitem anterior, sujeita o credenciado à penalidade de descredenciamento, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas, em observância ao disposto no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

**13.3.1** Caso o Leiloeiro convocado se recusar a assinatura do Contrato, proceder-se-á a novo sorteio.

**13.4** O contrato de prestação de serviço terá vigência durante todas as fases preparatórias, de execução e de prestação de contas do Leilão previamente



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA**  
*Estado de Goiás*

---

definido.

**13.5** A celebração do contrato de prestação de serviço visa regulamentar o leilão de bens móveis inservíveis, bens automotivos e bens imóveis a ser realizado durante a sua vigência.

**13.5.1** A definição da venda dos bens inservíveis ao município é ato exclusivo do Município de Corumbáiba- GO, que inclusive, se assim o convir, pode optar por não realizar nenhum procedimento de venda dos seus bens, ficando a seu exclusivo critério, caso opte pela venda, a definição do momento e da forma que será processada a venda.

**13.5.2** A ausência de realização de venda de bem público, durante a vigência do contrato, não gera responsabilização por parte do Município em indenizar ou ressarcir o contratado/leiloeiro por eventuais dispêndios financeiros.

**13.6** A contratação assegura ao leiloeiro/contratado nos termos deste Credenciamento o direito à realização do leilão para o qual foi sorteado, caso este ocorra.

**13.7** Para novos leilões, a Administração realizará novo procedimento de sorteio, com base na lista de Leiloeiros Credenciados.

#### **14 DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO**

**14.1** O credenciamento do leiloeiro terá a vigência máxima de 12 (doze) meses, contados a partir da data de expedição do termo de credenciamento.

**14.2** O acompanhamento da execução de qualquer Leilão será de responsabilidade do servidor designado pelo CREDENCIANTE, cabendo a este registrar as intercorrências por ventura existente no processo de leilão.

**14.3** O Credenciamento poderá ser revogado a qualquer tempo, por ato formal e unilateral do CREDENCIANTE, em conformidade com o disposto na Lei n. 8.666/1993 e suas alterações, após comunicado expresso, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, sem prejuízo dos serviços já prestados e sem que caibam ao CREDENCIADO quaisquer direitos, vantagem e/ou indenização.

#### **15 DOS PROCEDIMENTOS PARA O LEILÃO E DA AUTORIZAÇÃO DE VENDA**

**15.1** Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, não sendo de responsabilidade do Leiloeiro ou do Município de Corumbáiba – GO, quaisquer consertos, reparos, desmonte ou mesmo providências com a retirada ou transporte do material arrematado.

**15.2** Os bens serão vendidos somente à vista nas condições fixadas no regulamento do leilão, devendo ser observadas as condições para garantia e pagamento previstas no item 16.0 deste edital.

**15.3** Antes de cada leilão, será publicado Edital de Licitação, com descrição dos bens inservíveis, a serem leiloados, constando ainda sua avaliação.

**15.4** O contratado/leiloeiro poderá solicitar a sua dispensa de participação, desde que comprove caso fortuito ou de força maior que o impeça da realização do Leilão designado, hipótese em que será realizado novo sorteio entre os credenciados.

**15.5** A dispensa será deferida somente uma única vez considerando a



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA**  
*Estado de Goiás*

---

vigência de 12 (doze) meses do Contrato de Credenciamento.

**15.6** A convocação para a realização do Leilão será feita por meio telefônico e através envio de e-mail ao endereço eletrônico do Leiloeiro oficial.

**15.7** No dia, hora e local designados, o contratado deverá se apresentar a Comissão Permanente de Licitações, onde extraíra as informações pertinentes à realização do Leilão e conhecerá os objetos a serem leiloados.

**15.8** Em todos os eventos, o Contratado/leiloeiro deverá dispensar igual tratamento a todos os bens disponibilizados para a venda, tanto na divulgação (propaganda), como, principalmente, na tarefa de identificar possíveis interessados, independente do valor e da liquidez dos mesmos.

**15.9** Havendo descumprimento de qualquer das obrigações previstas neste edital e no contrato de prestação de serviços, o Contratante registrará em relatório as irregularidades porventura encontradas, encaminhando cópia ao Contratado/leiloeiro para imediata correção das falhas detectadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste edital e no próprio contrato.

**15.10** O(s) leilão (ões) será (ão) acompanhado(s) e fiscalizado(s) por comissão/representante do Município de Corumbáiba- GO.

**15.11** Quando da definição da alienação dos bens móveis pelo Município, deverá ser expedido, pela Comissão Técnica, laudo técnico que comprove a obsolescência ou exaustão, em razão do uso, do bem.

**15.11.1** Os respectivos lotes que comporão o leilão serão definidos pelo contratado/leiloeiro sob a coordenação do Contratante que poderá utilizar de suas experiências para sugerir a melhor estratégia de venda.

**15.12** No caso do leilão não obter êxito a Administração poderá exigir que o contratado/leiloeiro repita no mínimo três vezes o mesmo leilão a fim de efetivar a venda dos bens inservíveis, no referido procedimento.

**15.12.1** Deverá dispor de todos os esforços a fim de se alcançar a venda dos bens.

**15.12.2** A seu critério, poderá rediscutir com o Contratante, melhor solução e estratégia para o alcance dos objetivos, podendo inclusive, sugerir nova avaliação dos bens em face da experiência e expertise de mercado.

**15.12.3** Após a terceira tentativa, a forma de venda dos móveis poderá ser reavaliada pelo Contratante que poderá, inclusive, definir novo Leiloeiro para a venda dos mesmos, obedecida a forma de escolha fixada neste Edital.

**15.13** Para a realização dos leilões deverão ser observadas as condições e exigências previstas na legislação aplicável e na minuta do contrato de prestação de serviço, especialmente as obrigações do leiloeiro.

## **16 DO REPASSE DO VALOR ARREMATADO AO MUNICÍPIO E DA REMUNERAÇÃO DO LEILOEIRO**

**16.1** Os bens serão vendidos somente à vista, nas condições fixadas no regulamento do leilão.

**16.1.1** O leiloeiro deverá orientar o arrematante quanto aos procedimentos referentes ao pagamento do bem arrematado.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA**  
*Estado de Goiás*

---

**16.2** Pela prestação de serviços o Leiloeiro Oficial Credenciado receberá 5% (cinco por cento) sobre o valor das vendas realizadas, bem como despesas do leilão, conforme Instrução Normativa do DNRC nº 113/2010, art. 12, inciso II, arrematação, não cabendo ao Município a responsabilidade pela cobrança da comissão de venda pelo comprador, nem pelos valores despendidos pelo Leiloeiro Oficial para recebê-la.

## **17 DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**17.1** A prestação dos serviços, objeto deste credenciamento deverá ser realizado em local e hora designados pelo Município.

**17.2** Correrão por conta do Contratado todas as despesas e custos diretos e indiretos, tais como: seguros, vigilância, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto do contrato.

## **18 DISPOSIÇÕES FINAIS**

**18.1** As normas disciplinadoras deste credenciamento serão interpretadas em favor da ampliação do número de Leiloeiros Oficiais interessados, respeitada a igualdade de oportunidade entre os candidatos, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança do credenciamento.

**18.2** É facultada à Comissão Permanente de Licitação, em qualquer fase do credenciamento, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

**18.3** O interessado intimado para prestar qualquer esclarecimento adicional deverá fazê-lo no prazo determinado pela Comissão Permanente de Licitação, sob pena de indeferimento do credenciamento.

**18.4** O não atendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do interessado em se credenciar, desde que seja possível a aferição de sua qualificação e a exata compreensão de seu pedido de credenciamento.

**18.5** Das sessões públicas de processamento do credenciamento serão lavradas atas circunstanciadas, a serem assinaladas pela Comissão e pelos candidatos presentes.

**18.6** Recusas ou impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata.

**18.7** O resultado deste credenciamento e os demais atos pertinentes a ele, sujeitos à publicação, serão divulgadas em um jornal de grande circulação (AGM) e no Placard Oficial do Município.

**18.8** Os casos omissos do presente edital serão solucionados pela Comissão.

## **19 DOS ANEXOS**

**19.1** São partes integrantes do presente Edital os seguintes Anexos:

**ANEXO I** - Solicitação de Credenciamento

**ANEXO II** - Declaração de Cumprimento do Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal do Brasil.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA**  
*Estado de Goiás*

---

**ANEXO III** - Declaração Assegurando a Inexistência de Impedimento Legal para Licitar ou Contratar com a Administração.

**ANEXO IV** - Minuta De Contrato Da Prestação De Serviços De Leiloeiro.

**ANEXO V** – Termo de Referência.

Corumbáiba/GO, 19 de abril de 2023.

**Fabricio Silva de Deus**  
**Presidente da Comissão de Licitação.**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA**  
*Estado de Goiás*

---

**ANEXO I**  
**SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO**

AO: Município de Corumbáiba – GO  
Comissão Permanente de Licitações Chamamento Público para  
Credenciamento nº 001/2023.

Objeto: CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS OFICIAIS, regularmente registrados na Junta Comercial do Estado de Goiás – JUCEG, para a eventual realização de leilões de bens inservíveis ao Município de Corumbáiba - GO.

\_\_\_\_(nome e qualificação) inscrito na Junta Comercial do Estado de Goiás sob o nº\_\_\_\_, portador da carteira de identidadesob o nº\_\_\_\_, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas doMinistério da Fazenda sob o nº residente e domiciliado\_\_\_\_(endereço completo) vem requerer àComissão Permanente de Licitações do Município de Corumbáiba – GO, seu CREDENCIAMENTO no rol de LEILOEIROS dessa Municipalidade, declarando total concordância com as condições estabelecidas no Edital de Chamamento Público para Credenciamento nº 001/2023.

Declaro, ainda, sob as penas da lei, que cumpro plenamente os requisitos para o Credenciamento previsto no referido edital e, que não me enquadro em nenhuma das vedações impostas.

cidade/UF , \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2023.

Identificação e Assinatura do Requerente



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA**  
*Estado de Goiás*

**ANEXO II**

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA  
CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL**

AO:

Município de Corumbáiba – GO Comissão Permanente de Licitações  
Chamamento Público para Credenciamento nº 001/2023

Objeto: CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS OFICIAIS, regularmente registrados na Junta Comercial do Estado de Goiás – JUCEG, para a eventual realização de leilões de bens inservíveis ao Município de Corumbáiba - GO.

\_\_\_(nome e qualificação) inscrito na Junta Comercial do Estado de Goiás sob o nº \_\_\_, portador da carteira de identidade sob o nº \_\_\_, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado \_\_\_(endereço completo)\_DECLARO que não utilizarei para fins de prestação do serviço, objeto do presente certame, menores de 18 (dezoito) anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93 c/c inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Cidade/UF , \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2023

Identificação e Assinatura do Requerente



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA**  
*Estado de Goiás*

---

**ANEXO III**  
**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO LEGAL**

AO: Município de Corumbáiba – GO Comissão Permanente de Licitações  
Chamamento Público para Credenciamento nº 001/2023

\_\_\_(nome e qualificação) inscrito na Junta Comercial do Estado de Goiás sob o nº \_\_, portador da carteira de identidadesob o nº \_\_, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº \_\_, residente e domiciliado\_\_\_(endereço completo)\_\_\_interessada em participar no Credenciamento nº 001/2023, instaurado pelo Município de Corumbáiba, DECLARO sob as penas da lei que, inexistem fatos impeditivos para nossa habilitação no presente processo licitatório, assim como estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Cidade/UF, \_\_de\_\_\_\_2023

Identificação e Assinatura do ResponsávelPela Empresa Proponente





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA**  
*Estado de Goiás*

**ANEXO IV**  
**MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEILOEIRO**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEILOEIRO OFICIAL, PARA EVENTUAL REALIZAÇÃO DE LEILÕES DE BENS INSERVÍVEIS AO MUNICÍPIO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA-GO, E  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**DOS CONTRATANTES**

**O MUNICÍPIO DE CORUMBAÍBA**, inscrito no CNPJ nº 01.302.603/0001-00, pessoa jurídica de direito público interno, com a sede na Rua Simon Bolívar nº58, Centro, Corumbáiba/GO, CEP: 75.675-000 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. XXXXXXXXXXXXXXXX**, brasileiro, portadora da cédula de identidade nº XXXXXXXXXXXX, inscrito no CPF/MF sob o nº XXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado neste município, neste ato denominado de **CONTRATANTE**;

**CONTRATADA**: XXXXXXXXXXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ nº. XXXXXXXXXXXXXXXX, estabelecida a XXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representada pelo(a) senhor(a) XXXXXXXXXXXXXXXX portador do RG nº. XXXXXXXXXXXXXXXX, CPF n.XXXXXXXXXXXXXX, estado civil XXXXXXXXXXXXXXXX residente e domiciliado (a)XXXXXXXXXXXXX doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**;

**FUNDAMENTAÇÃO**

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEILOEIRO EM FUTURA E EVENTUAL REALIZAÇÃO DE LEILÕES DE BENS INSERVÍVEIS AO MUNICÍPIO DE CORUMBAÍBA-GO, oriundo de procedimento licitatório, na modalidade de Credenciamento nº 001/2023**, pelo presente instrumento avençam um contrato de Prestação de Serviços de Leiloeiro Oficial, sujeitam-se às legislação pertinente à matéria e a Lei federal 8.666/93 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie e às cláusulas e condições que reciprocamente outorgam e aceitam.

**CLÁUSULA PRIMEIRO - OBJETO**

**1.1.** Constitui objeto do presente contrato, a prestação de serviços de leiloeiro, para eventual realização de leilões de bens inservíveis ao Município de Corumbáiba-GO, os critérios do edital e deste contrato.

**1.2.** A celebração do presente contrato de prestação de serviço visa apenas regulamentar os eventuais leilões de bens inservíveis a serem realizados



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA**  
*Estado de Goiás*

---

durante a sua vigência. A definição da venda dos seus bens é ato exclusivo do Município de Corumbáiba - GO, que inclusive, se assimo convir, pode optar por não realizar nenhum procedimento de venda dos seus bens, ficando a seu exclusivo critério, caso opte pela venda, a definição do momento e da forma que será processada a venda.

**1.3.** A ausência de realização de venda de bem público, durante a vigência deste contrato, não gera responsabilização por parte do Município em indenizar ou ressarcir o contratado/leiloeiro por eventuais dispêndios financeiros. Conforme exposto anteriormente, a celebração deste contrato visa apenas regulamentar uma eventual realização de leilão público para venda de bens públicos, com a definição da forma e das normas a serem observadas para a execução do serviço considerando o sorteio a ser realizado para a definição do responsável pelo leilão. A contratação assegura ao leiloeiro/contratado, sorteado, o direito à realização do leilão, caso este ocorra, por definição do Município, no decorrer da vigência do presente instrumento.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**2.1.** O objeto deste contrato deverá ser executado no Município de Corumbáiba - GO, correndo por conta do CONTRATADO, todas as despesas relativas a encargos trabalhistas, previdenciários, transportes de pessoal e equipe e quaisquer outras decorrentes da execução do objeto do presente ajuste.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA TAXA DE COMISSÃO DO LEILOEIRO E DESPESAS COM O LEILÃO**

**3.1.** O contratado obriga-se a executar os serviços, objeto deste contrato, recebendo, a título de comissão, a taxa de 5 % (cinco por cento) sobre o valor das vendas realizadas, bem como despesas do leilão, conforme Instrução Normativa do DNRC nº 113/2010, art. 12, inciso II, alínea "A" e "B" respectivamente, a ser pago pelo comprador no ato da arrematação, não cabendo ao Município a responsabilidade pela cobrança da comissão de venda pelo comprador, nem pelos valores despendidos pelo Leiloeiro Oficial para recebê-la.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Não será devido ao CONTRATADO nenhum outro pagamento além da comissão referida e as despesas do leilão, prevista nesta cláusula terceira.

**CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA**

**4.1.** O contrato a ser firmado terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo vir a sofrer prorrogações, desde que justificadas, conforme acordo entre as partes, através de respectivo termo, antes do seu vencimento, com adequação aos termos do artigo 57 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

**4.2.** Após a realização do respectivo leilão, o leiloeiro contratado retornará para listagem para a realização de novo sorteio.

**CLÁUSULA QUINTA - DOS PROCEDIMENTOS PARA O LEILÃO E DA**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA**  
*Estado de Goiás*

---

**AUTORIZAÇÃO DE VENDA**

**5.1.** Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, não sendo de responsabilidade o leiloeiro ou do Município de Corumbáiba - GO, quaisquer consertos, reparos, desmonte ou mesmo providências com a retirada ou transporte do material arrematado.

**5.2.** Os bens serão vendidos somente à vista nas condições fixadas no regulamento do leilão, devendo ser observadas as condições para garantia e pagamento previstas na cláusula sétima deste contrato.

**5.3.** O contratado/leiloeiro poderá solicitar a sua dispensa de participação, desde que comprove caso fortuito ou de força maior que o impeça da realização do Leilão designado, hipótese em que será chamado o próximo na ordem de classificação. A dispensa será deferida somente uma única vez considerando a vigência de 12 (doze) meses do contrato de prestação de serviço. Uma vez deferida a dispensa, o leiloeiro/contratado, voltará ao último lugar da ordem de classificados.

**5.4.** Para a realização do leilão oficial, será necessária a laudo de avaliação emitido por comissão nomeada pelo prefeito, obedecendo o inciso Artigo 4º, §1º, Inc.VIII "a" da Instrução Normativa nº010/2015 do Tribunal de Contas dos Municípios/TCMGO.

**5.5.** Em todos os eventos, o Contratado/leiloeiro deverá dispensar igual tratamento a todos os bens disponibilizados para a venda, tanto na divulgação (propaganda), como, principalmente, na tarefa de identificar possíveis interessados, independentemente do valor e da liquidez dos mesmos.

**5.6.** Havendo descumprimento de qualquer das obrigações previstas no edital e neste contrato de prestação de serviços, o Contratante registrará em relatório as irregularidades porventura encontradas, encaminhando cópia ao Contratado/leiloeiro para imediata correção das falhas detectadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no presente contrato.

**5.7.** Quando da definição da alienação dos bens móveis pelo Município, deverá ser expedido, pela Comissão Técnica, laudo técnico que comprove a obsolescência ou exaustão, em razão do uso, do bem. Os respectivos lotes que comporão o leilão serão definidos pelo contratado/leiloeiro sob a coordenação do Contratante, utilizando da expertise no ramo para sugerir a melhor estratégia de venda.

**5.8.** No caso do leilão não obter êxito a Administração poderá exigir que o contratado/leiloeiro repita no mínimo três vezes o mesmo leilão a fim de efetivar a venda dos bens móveis definidos no referido procedimento. Deverá dispor de todos os esforços a fim de se alcançar a venda dos bens móveis. A seu critério, poderá rediscutir com o Contratante, melhor solução e estratégia para o alcance dos objetivos, podendo inclusive, sugerir nova avaliação dos bens em face da experiência e expertise de mercado. Após a terceira tentativa, a forma de venda dos móveis poderá ser reavaliada pelo Contratante que poderá, inclusive, definir novo Leiloeiro para a venda dos mesmos, obedecida a ordem de classificação. Também neste caso, a participação do leiloeiro designado, não poderá ser dispensada, excetuada a hipótese prevista neste edital.

**5.9.** Para a realização dos leilões deverão ser observadas as condições e exigências previstas na legislação aplicável e no presente contrato.

**5.10.** A critério do Contratante, as avaliações dos bens móveis realizadas pelo



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA**  
*Estado de Goiás*

---

leiloeiro deverão ser revistas a qualquer tempo.

**CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS**

**6.1.** Durante a vigência deste contrato, a realização do(s) leilão(ões) será (ão) acompanhada(s) e fiscalizada(s) por um representante do Contratante.

**6.2.** Havendo o descumprimento de qualquer das obrigações previstas neste contrato, o Contratante registrará em relatório as irregularidades porventura encontradas, encaminhando cópia ao leiloeiro para imediata correção das falhas detectadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades neste contrato.

**6.3.** A ação da fiscalização não exonera o leiloeiro de cumprir as obrigações contratuais assumidas.

**6.4.** Previamente ao leilão oficial, o Contratante poderá efetuar vistoria ao local e aos equipamentos indicados, a fim de verificar se atendem aos padrões exigidos neste Edital para realização do evento.

**CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**7.1.** Para a execução dos serviços aplicável à execução do presente contrato, CONTRATANTE obriga-se a:

- a)** Indicar formalmente o gestor e/ou o fiscal para acompanhamento da execução contratual;
- b)** Publicar os avisos contendo o resumo do Edital de Leilão no Diário Oficial do Estado e em jornal diário de grande circulação no Estado adotado pelo município, nos termos do artigo 21 da Lei nº 8.666/93;
- c)** Elaborar planilhas contendo o número e a data de realização do leilão, a indicação dos lotes vendidos, com valores individualizados e a somatória total do montante arrecadado;
- d)** conferir e assinar, juntamente com o CONTRATADO, as planilhas de que trata o inciso C desta cláusula;
- e)** facilitar, por todos os meios, o exercício das funções do CONTRATADO, dando-lhe acesso às suas instalações, quando necessário, e cumprindo suas obrigações estabelecidas neste contrato.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A fiscalização dos serviços pelo CONTRATANTE não exclui nem reduz a completa responsabilidade do CONTRATADO pela inobservância de quaisquer obrigações assumidas.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO LEILOEIRO**

**8.1.** As obrigações do leiloeiro são as constantes do Edital de Credenciamento Público nº. 001/2023, com as seguintes listadas abaixo:

**8.2.** Responsabilizar-se pela remoção e guarda dos bens a serem leiloados, caso haja interesse em transferi-los para as dependências próprias ou de terceiros, hipótese em que todas as despesas de remoção (transferência/retorno) correrão por conta e responsabilidade do Leiloeiro.

**8.3.** Realizar vistoria, previamente ao deslocamento/transporte do bem, quando estese tratar de veículo automotor.

**8.4.** Realizar o deslocamento/transporte por meios que atendam aos requisitos



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA**  
*Estado de Goiás*

---

legais, ambientais e de segurança necessários à preservação do bem e de terceiros envolvidos.

**8.5.** Informar ao Contratante qualquer situação que impossibilite a remoção do bem;

**8.6.** Elaborar laudo de avaliação contendo o valor estimado do bem para a venda em até 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento da autorização de venda, para análise e aprovação da Comissão de Avaliação Municipal;

**8.7.** Manter os bens em local seguro e providenciar a manutenção indispensável para a conservação dos mesmos.

**8.8.** Limpar e higienizar os bens.

**8.9.** Responder pela integridade quantitativa e qualitativa dos bens como fiel depositário, por todos e quaisquer danos causados, consoante às disposições dos artigos 627 e seguintes do Código Civil;

**8.10.** Tomar as providências legais cabíveis, em caso de extravio, furto, roubo, fraude ou danos aos bens durante o deslocamento/transporte ou no interior dos pátios. Comunicar o fato imediatamente ao Contratante;

**8.11.** Ressarcir ao Contratante, de todos e quaisquer danos causados, em decorrência de ato omissivo ou comissivo seu ou de seus prepostos, especialmente quanto a integridade dos bens;

**8.12.** Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier a causar ao Contratante ou a terceiros, tendo como agente o leiloeiro, na pessoa de prepostos ou terceiros a seu serviço, ainda que culposos, devendo adotar as providências saneadoras de forma imediata.

**8.13.** Fornecer o relatório final de cada leilão que deverá conter, no mínimo, descrição do bem, valor de avaliação, valor de arremate, CPF/CNPJ do arrematante, nome do arrematante, quantidade de lotes arrematados, quantidade de não arrematados, quantidade e valor de lotes em condicional, se houver;

**8.14.** Manter o Contratante informado dos recursos apresentados da decisão do Leilão.

**8.15.** Atender às solicitações feitas pelo Contratante, e mantê-lo informado sobre qualquer ocorrência incomum relacionada ao leilão.

**8.16.** Recolher ao Contratante, até o décimo dia subsequente à realização do leilão, o produto da arrematação dos leilões realizados, em conta indicada pelo Contratante, acompanhado de relatório analítico de prestação de contas, cópias das notas de venda/arrematação, dos termos de renúncia à comissão de responsabilidade do comitente e demais documentos previstos em lei;

**8.17.** Possibilitar o livre acesso ao local de guarda/armazenagem dos bens, para verificação visual das condições de sua guarda e conservação;

**8.18.** Acompanhar a visita dos interessados ao local onde se encontrarem os bens a serem leiloados.

**8.19.** Proceder à devolução do bem ao local a ser indicado pelo Contratante, em até 30 (trinta) dias;

**8.20.** Retirar a identificação dos bens arrematados (plaquetas de patrimônio e outros) e devolvê-las ao Contratante.

**8.21.** Tomar todas as providências necessárias à entrega dos bens ao arrematante sem qualquer ônus adicional ao Contratante.

**8.22.** Orientar o arrematante, quando se tratar de venda de veículo automotor,





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA**  
*Estado de Goiás*

---

que o mesmo deverá transferir a titularidade da documentação para o seu nome no prazo de até 30 (trinta) dias da data informada no documento de transferência, cumprindo se necessário, as exigências legais do Detran/Ciretran;

**8.23.** Entregar aos arrematantes dos Autos de Arrematação e dos recibos das comissões pagas e outros documentos necessários à transferência do bem.

**8.24.** Entregar ao Arrematante a documentação, providenciando o respectivo desembaraço junto a Delegacia de Trânsito – DETRAN, caso o bem leiloado seja veículo automotor.

**8.25.** Responsabilizar-se pelas despesas relativas aos procedimentos necessários à realização do(s) Leilão(ões), dentre eles: divulgação; contratação de mão-de-obra; outras formas de divulgação do leilão.

**8.26.** Realizar os leilões de acordo com expressa determinação e aprovação da Minuta do edital de Leilão pelo Contratante, em datas aprazadas em conjunto.

**8.27.** No caso do leilão não obter êxito a Administração poderá exigir que o contratado/leiloeiro repita no mínimo três vezes o mesmo leilão a fim de efetivar a venda dos bens móveis definidos no referido procedimento. Deverá dispor de todos os esforços a fim de se alcançar a venda dos bens móveis. A seu critério, poderá rediscutir com o Contratante, melhor solução e estratégia para o alcance dos objetivos, podendo inclusive, sugerir nova avaliação dos bens em face da experiência e expertise de mercado. Após a terceira tentativa, a forma de venda dos móveis poderá ser reavaliada pelo Contratante que poderá, inclusive, definir novo Leiloeiro para a venda dos mesmos, obedecida a ordem de classificação. Também neste caso, a participação do leiloeiro designado não poderá ser dispensada, excetuada a hipótese prevista neste edital.

**8.28.** Não utilizar o nome do Contratante em quaisquer atividades de divulgação profissional, como por exemplo, em cartões de visita, anúncios diversos, impressos, com exceção da divulgação do evento específico, salvo por autorização prévia do Contratante.

**8.29.** Exercer pessoalmente suas funções, não podendo delegá-las, senão por moléstia ou impedimento ocasional ao seu preposto, devendo ainda dispensar igual tratamento a todos os bens disponibilizados, tanto na publicidade como principalmente na tarefa de identificar os possíveis interessados, independentemente do seu valor e da sua liquidez.

**8.30.** Identificar e selecionar os bens, organizando os lotes, contribuindo para facilitar o leilão, bem como para a sua avaliação, tudo sob a coordenação do Contratante.

**8.31.** Conduzir o leilão e responsabilizar-se por todos os atos administrativos de sua competência até o encerramento, com a devida prestação de contas.

**8.32.** Disponibilizar recursos humanos para fins da execução dos serviços contratados, devidamente identificado através de crachá;

**8.33.** Responder perante a Contratante por qualquer tipo de atuação ou ação que esta venha a sofrer em decorrência da prestação de serviço objeto deste contrato.

**8.34.** Prestar contas ao Contratante, inclusive com demonstrativos, em até 10 (dez) dias úteis após a realização do leilão.

**8.35.** Devolver a comissão paga pelo(s) arrematante(s) no prazo de 02 (dois) dias úteis após a ocorrência dos seguintes fatos:

- a) Anulação ou revogação do leilão pelo Contratante;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA**  
*Estado de Goiás*

---

- b) Cancelamento do leilão por decisão judicial.
- 8.36.** Pagar os tributos federais, estaduais, municipais, inclusive multas, seguros, contribuições e outros encargos decorrentes do contrato específico do leilão a ser realizado, exceto aqueles tributos que, por força de legislação específica, forem de responsabilidade do Município de Corumbáiba –GO.
- 8.37.** Responsabilizarem-se pelos encargos, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do leilão.
- 8.38.** Apresentar, sempre que solicitado pelo Contratante, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, legalmente exigíveis.
- 8.39.** Manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação (art. 55, XIII, da Lei nº 8.666/93) e Instrução Normativa nº 010/2015 do Tribunal de Contas dos Municípios.
- 8.40.** Guardar sigilo das informações que lhe serão repassadas para cumprimento deste contrato e responsabilizar-se, perante o Contratante, pela indenização de eventuais danos decorrentes da quebra do sigilo dessas informações, ou pelo seu uso indevido.
- 8.41.** Dispensar igual tratamento a todos os bens disponibilizados para a venda, tanto na divulgação (propaganda), como, principalmente, na tarefa de identificar possíveis interessados, independente do valor e da liquidez dos mesmos.
- 8.42.** Repassar o bem móvel ao arrematante somente após a entrega da documentação definitiva pelo Contratante.
- 8.43.** Respeitar e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na legislação pertinente.
- 8.44.** Cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados.

#### **CLÁUSULA NONA: DAS PENALIDADES**

- 9.1.** O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, caracterizará a inadimplência do leiloeiro, sujeitando-a às seguintes penalidades:
- a) advertência.
  - b) multas, nos seguintes percentuais:
    - b.1)** multa diária de 0,1% (um décimo por cento), até o 20º (vigésimo) dia, aplicada sobre o valor da avaliação dos bens móveis objeto do leilão, pela inexecução parcial do objeto, configurada pelo descumprimento de quaisquer dos termos, prazos e condições previstas neste instrumento;
    - b.2)** multa de 5% (cinco por cento), aplicada sobre o valor da avaliação dos bens móveis objeto do leilão, pela inexecução total do objeto com a consequente rescisão do contratual, a critério do Contratante.
- 9.2.** Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Municipal, conforme disposto no inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93;
- 9.3.** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA**  
*Estado de Goiás*

---

penalidade, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93;

**9.4.** As penalidades e multas serão aplicadas pela Secretaria Municipal de Administração.

**9.5.** Na aplicação das penalidades de advertência, multa e suspensão temporária será facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

**9.6.** No caso de aplicação das penalidades previstas no subitem anterior será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de recurso.

**9.7.** Na aplicação das penalidades de declaração de inidoneidade será facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias.

**9.8.** No caso de aplicação da penalidade de inidoneidade prevista no subitem anterior será concedido prazo de 10 (dez) dias para apresentação de recurso.

**9.9.** As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, após a análise do caso concreto e não exime o leiloeiro da plena execução dos serviços, objeto deste contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**10.1.** O contrato poderá ser rescindido, na forma, com as consequências e pelos motivos nos artigos 77 a 80 e 86 a 88, da Lei Federal nº 8.666/93.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Este contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do Contratante, devidamente justificado, quando o interesse público assim o exigir, sem indenização ou reembolso de valores ao leiloeiro, a não ser em caso de dano efetivo disso resultante.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**11.1.** Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais regulamentos.

**11.2.** Este Contrato somente poderá ser alterado nas hipóteses previstas no Art. 65 da Lei nº 8.666/93 e suas modificações posteriores.

**11.3.** A tolerância do Município de Corumbáiba-GO, com qualquer atraso ou inadimplência por parte do leiloeiro não importará de forma alguma em alteração ou novação do contrato.

**11.4.** A não utilização, pelas partes, de qualquer dos direitos assegurados neste contrato, ou na lei em geral, não implica em novação, não devendo ser interpretada como desistência de ações futuras.

**11.5.** A descrição dos serviços a serem prestados não é exaustiva, devendo ser executadas todas e quaisquer outras atividades relacionadas ao objeto do contrato, que se mostrem necessárias ao alcance do que é por ele objetivado.

**11.6.** Na hipótese de suspensão, revogação, anulação do leilão ou desistência de compra do bem pelo arrematante, a Contratada não fará jus a nenhum tipo de ressarcimento pelo Contratante.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA PUBLICAÇÃO**

**12.1.** Caberá a CONTRATANTE providenciar o cadastramento deste contrato no site do TCM-GO, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da sua



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA**  
**Estado de Goiás**

---

publicação oficial, nos termos da Instrução Normativa - IN nº 00009/2015.

**12.2.** Caberá, ainda, ao CONTRATANTE, providenciar a publicação do presente contrato no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal de Professor Jamil-Go, Estado de Goiás, conforme disposto no art. 61, parágrafo único da Lei 8.666/93, bem como, no portal do Município de Corumbáiba-Go, Estado de Goiás (site internet- [www.corumbaiba.go.gov.br](http://www.corumbaiba.go.gov.br)) em atendimento a Lei nº 12.527/11.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**13.1.** A fiscalização do contrato será exercida por representante designado, ao qual competirá dirimir dúvidas e registrar ocorrências que surgirem no curso da execução do Contrato, e de tudo dará ciência à Administração;

**13.1.1.** O fiscal do contrato será designado mediante Portaria a ser anexado ao contrato;

**13.2.** A fiscalização de que trata este tópico não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas e/ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

**13.3.** Representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DISPOSIÇÕES FINAIS**

**14.1.** Aplicam-se às omissões deste contrato as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, e das demais normas legais e regulamentares incidentes da espécie.

**14.2.** Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste contrato, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Corumbáiba/GO, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para solucionar questões oriundas do presente CONTRATO.

Para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, é lavrado o presente em 03 (três) vias de igual forma e teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes e pelas testemunhas abaixo. Pelo que eu digitei, assino e dato.

Corumbáiba-GO, aos xxxxxxxxxxxxxxxx dias do mês de xxxxxxxxxxxxxxxx de 2023.

---

**Contratante**

---

**CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA**  
*Estado de Goiás*

---

1ª) \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

2ª) \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA**  
*Estado de Goiás*

**ANEXO V**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA**  
*Estado de Goiás*

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DO OBJETO**

**1.1.** Contratação de Leiloeiros Públicos Oficiais, mediante **CRENCIAMENTO**, para oportunamente, firmar contrato de prestação de serviços de alienação de bens considerados economicamente inviáveis para conserto, manutenção e improdutivos para uso permanente no serviço público, como sucatas e veículos semidestruídos e inservíveis do Município de Corumbáiba - GO, pelo período de 12 (doze) meses, por meio de licitação na modalidade de LEILÃO PÚBLICO, conforme condições e exigências estabelecidas neste Instrumento.

**2. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** A presente contratação justifica-se pela a necessidade da promoção de leilão público para alienação dos bens considerados economicamente inviáveis para conserto, manutenção e improdutivos para uso permanente no serviço público, como as sucatas e veículos semidestruídos e inservíveis do Município de Corumbáiba - GO, os quais ocupam espaço útil do Município, bem como, oneram desnecessariamente os cofres públicos.

**2.2.** Além disso, o Município não contempla em seu quadro de servidores, efetivos e comissionados, capacitados e habilitados para o cargo de leiloeiro.

**2.3.** Assim, o Município de Corumbáiba- GO, por meio da Secretaria Municipal de Administração, decide realizar o presente CRENCIAMENTO DE LEILOEIROS PUBLICOS OFICIAIS.

**3. DAS CONDIÇÕES DO CRENCIAMENTO**

**3.1. Poderão participar deste Credenciamento** os Leiloeiros que estejam devidamente matriculados na Junta Comercial do Estado de Goiás - JUCEG, no pleno gozo de suas funções, e que preencham as condições previstas no edital.

**3.2.** Entre os Leiloeiros Credenciados haverá sistema de rodízio para a celebração dos contratos de prestação de serviço de alienação, que será estabelecido pelo critério de através de SORTEIO.

**3.3.** Os Credenciados deverão manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para o presente credenciamento.

**3.4. Não poderão participar deste Credenciamento** os Leiloeiros impedidos de licitar ou contratar com a Prefeitura de Corumbáiba- GO; que tenham sido declarados inidôneos; os destituídos ou suspensos do exercício da função, assim como, os que não atendam a todos os requisitos do Edital.

**4. DO PRAZO DE VALIDADE DO CRENCIAMENTO E VIGÊNCIA DOS CONTRATOS**

**4.1.** A vigência do credenciamento será de 16 (dezesesseis) dias, contados a partir da data de expedição do Termo de Credenciamento. Os contratos terão validade de 12 (doze) meses.

**5. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

*Rua Simon Bolívar, nº 58, Centro, Corumbáiba-GO. Fone: (64) 3447-7000*



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA** *Estado de Goiás*

---



### **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA** *Estado de Goiás*

---

5.1. A prestação de serviços visa regulamentar o leilão dos bens descritos no Objeto deste termo objetivando a prestação de serviço de leiloeiro público oficial dos bens descritos no OBJETO deste Termo, incluindo nesta contratação os seguintes serviços:

- Levantamento dos bens,
- Avaliação,
- Auxílio na elaboração e publicação do edital,
- Divulgação (propaganda e marketing) do leilão,
- Realização do leilão, bem como, todos os procedimentos decorrentes do mesmo, tais como: atas, relatórios e recibos de arrematação e conclusão do mesmo.

5.2. A definição da venda dos bens é ato exclusivo do Município de Corumbáiba- GO - GO, que inclusive, se assim o convir, pode optar por não realizar nenhum procedimento de venda, ficando a seu exclusivo critério, caso opte pela venda, a definição do momento e da forma que será processada a mesma.

5.3. A ausência de realização de venda de bem público, durante a vigência deste contrato, não gera responsabilização por parte do Município em indenizar ou ressarcir o contratado/leiloeiro, por eventuais dispêndios financeiros.

5.4. Conforme exposto anteriormente, a celebração deste contrato visa apenas regulamentar uma eventual realização de leilão público para venda de bens, com a definição da forma e das normas a serem observadas para a execução do serviço.

#### **6. DOS PROCEDIMENTOS PARA O LEILÃO E AUTORIZAÇÃO PARA VENDA**

6.1. O objeto deste contrato deverá ser executado no Município de Corumbáiba- GO, correndo por conta do CONTRATADO, todas as despesas relativas a encargos trabalhistas, previdenciários, transportes de pessoal e equipe e quaisquer outras decorrentes da execução do objeto do presente ajuste.

6.2. Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, não sendo de responsabilidade o leiloeiro ou do Município de Corumbáiba- GO, quaisquer consertos, reparos, desmonte ou mesmo providências com a retirada ou transporte do material arrematado.

6.3. Os bens serão vendidos somente nas condições fixadas no regulamento do leilão, devendo ser observadas as condições para garantia e pagamento previstas no Edital.

6.4. Para a realização do leilão oficial, será necessário o laudo de avaliação emitido por comissão nomeada pelo prefeito.

6.5. Em todos os eventos, o Contratado/Leiloeiro deverá dispensar igual tratamento a todos os bens disponibilizados para a venda, tanto na divulgação (propaganda), como, principalmente, na tarefa de identificar possíveis interessados, independentemente do valor e da liquidez deles.

6.6. Havendo descumprimento de qualquer das obrigações previstas no edital e no contrato de prestação de serviços, o Contratante registrará em relatório as irregularidades porventura encontradas, encaminhando cópia ao Contratado/Leiloeiro para imediata correção das falhas detectadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Termo, no Edital, no Contrato, e na legislação pertinente.

6.7. No caso de o leilão não obter êxito a Administração poderá exigir que o Contratado/Leiloeiro repita no mínimo três vezes o mesmo leilão a fim de efetivar a venda dos bens móveis definidos no referido procedimento. Deverá dispor de todos os esforços a fim de se alcançar a venda dos bens móveis.

6.8. O Leiloeiro poderá rediscutir com o Contratante, melhor solução e estratégia para o alcance dos objetivos, podendo inclusive, sugerir nova avaliação dos bens em face da ex-

*Rua Simon Bolívar, nº 58, Centro, Corumbáiba-GO. Fone: (64) 3447-7000*



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA** *Estado de Goiás*



### **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA** *Estado de Goiás*

periência e expertise de mercado.

**6.9.** Após a terceira tentativa frustrada de venda de bens, a forma aplicada no procedimento de leilão poderá ser reavaliada pelo Contratante que poderá, inclusive, definir novo Leiloeiro para a venda dos mesmos, obedecida a ordem de classificação.

**6.10.** Na hipótese prevista no item anterior, a participação do Leiloeiro designado, não poderá ser dispensada, excetuadas as hipóteses previstas no edital.

**6.11.** Para a realização dos leilões deverão ser observadas as condições e exigências previstas na legislação aplicável no presente Instrumento, assim como no Edital.

**6.12.** A definição dos contratados para realização do Leilão será em conformidade com a ordem de classificação obtida no credenciamento.

**6.13.** O Contratado/Leiloeiro poderá solicitar a sua dispensa de participação, desde que comprove caso fortuito ou de força maior que o impeça da realização do Leilão designado, hipótese em que será chamado o próximo na ordem de classificação. A dispensa será deferida somente uma única vez considerando a vigência do contrato de prestação de serviço. Uma vez deferida a dispensa, o Leiloeiro/Contratado, voltará ao último lugar da ordem de classificados.

#### **7. DA TAXA DE COMISSÃO DO LEILOEIRO E DESPESAS COM O LEILÃO**

**7.1.** O contratado obriga-se a executar os serviços, objeto deste contrato, recebendo, a título de comissão, a taxa de 5% (cinco por cento) sobre o valor das vendas realizadas, bem como despesas do leilão, conforme art. 24 do Decreto nº 21.981/1932 combinado com a Instrução Normativa do DNRC nº113/2010, art. 12, inciso II, alínea "A" e "B" respectivamente, a ser pago pelo **comprador** no ato da arrematação, não cabendo ao Município a responsabilidade pela cobrança da comissão de venda pelo comprador, nem pelos valores despendidos pelo Leiloeiro Oficial para recebê-la.

**7.2.** Não será devido ao CONTRATADO nenhum outro pagamento além da comissão referida e as despesas do leilão.

#### **8. DA FORMA DE REPASSE DO VALOR ARREMATADO À LICITANTE**

**8.1.** A forma de pagamento dos bens será estipulada no edital específico do leilão a ser realizado, em conformidade com as peculiaridades de cada bem a ser alienado pelo Município de Corumbáiba-GO.

**8.2.** O Leiloeiro deverá orientar o arrematante quanto aos procedimentos referentes ao pagamento do bem arrematado, nos termos do edital do respectivo leilão.

**8.3.** O Leiloeiro deverá recolher à Administração Pública Municipal, até 7 (sete) dias úteis subsequente à data prevista para os pagamentos dos lances ofertados, o produto da arrematação dos leilões realizados, na forma indicada pelo Contratante, acompanhado de relatório analítico de prestação de contas, cópias das notas de venda/arrematação e demais documentos previstos em lei e no Edital, observada a convencionada renúncia de qualquer comissão de venda por parte da Contratante.

**8.4.** O Município de Corumbáiba-GO terá o prazo de até 07 (sete) dias úteis para comprovar o depósito em conta do valor repassado pelo Leiloeiro, bem como a autorização de liberação do bem arrematado para transferência.

#### **9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE - MUNICÍPIO**

**9.1.** A CONTRATANTE obriga-se a:

**9.2.** Realizar a publicação do Aviso do Edital de Leilão nos Diários Oficiais do Estado

*Rua Simon Bolívar, nº 58, Centro, Corumbáiba-GO. Fone: (64) 3447-7000*





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA** *Estado de Goiás*



### **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA** *Estado de Goiás*

de Goiás e da União e do Edital completo no site oficial da Prefeitura Municipal de Corumbáiba-GO.

**9.3.** Assegurar o livre acesso do CONTRATADO e seus prepostos, quando devidamente identificados, aos locais onde estão dispostos os bens a serem leiloados.

**9.4.** Elaborar o Edital de Leilão, com auxílio do CONTRATADO, com as regras concernentes à regular execução de cada evento.

**9.5.** Disponibilizar os bens, com a devida documentação e respectivas avaliações que será alienado.

**9.6.** Fixar o preço mínimo de arrematação, conforme a legislação vigente.

**9.7.** Supervisionar, acompanhar e fiscalizar a prestação de serviços contratados.

**9.8.** Notificar o CONTRATADO por escrito, de qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução do serviço prestado, e

**9.9.** Avaliar as instalações e aparelhamento técnico-operacional que serão utilizadas no leilão.

#### **10. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO - CREDENCIADO**

**10.1.** São obrigações do CONTRATADO:

**10.2.** Executar os serviços na forma pactuada e de acordo com os termos e condições do Edital, realizando o leilão dentro dos prazos descritos no contrato e no Edital de Leilão.

**10.3.** Auxiliar a Comissão Permanente de Licitação do Município de Corumbáiba -GO na elaboração da minuta do Edital do respectivo Leilão.

**10.4.** Fornecer à Comissão relatório circunstanciado sobre fatos ocorridos entre a publicação do Edital e a realização do Leilão (se for o caso) e/ou solicitado pela Comissão.

**10.5.** Observar na venda dos bens as disposições da Lei de Licitações vigente adotada no procedimento e do Decreto n°. 21.981/1932 e suas alterações trazidas pelo Decreto Federal n° 22.427/1933 e demais legislação aplicável.

**10.6.** Em todos os eventos, o CONTRATADO deverá dispensar igual tratamento para o bem disponibilizado para a venda, tanto na divulgação (propaganda), como, principalmente, na tarefa de identificar possíveis interessados, independentemente do valor e da liquidez dos mesmos.

**10.7.** Realizar publicações da seguinte forma: o CONTRATADO deve investir, a sua exclusiva expensas, na divulgação (propaganda) do evento para o qual foi contratado, que deverá ser feita através das redes sociais, malas diretas, jornal, entre outras formas, com o fim de obter o melhor lance dos bens a serem leiloados.

**10.8.** Fornecer e enviar à Comissão, em até 07 (sete) dias úteis contados da realização do leilão, o dossiê de arrematação dos bens ou de leilão deserto, contendo a seguinte documentação:

- a) Ata de Leilão, após a realização do certame;
- b) Termo de Arrematação, se for o caso;
- c) Recibo da Comissão paga pelo arrematante, se for o caso;
- d) Termo de Declaração de Leilão Deserto, se for o caso.

**10.9.** Ressarcir ao CONTRATANTE quaisquer prejuízos que este vier a sofrer, decorrente de atos omissiva ou comissivo de sua responsabilidade.

**10.10.** Preparar local para o público do leilão, dotando-o de todos os equipamentos necessários para a realização do evento, bem como disponibilizar pessoal para atendimento aos compradores em potencial, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE.

**10.11.** Conduzir o Leilão Público e responsabilizar-se por todos os atos administrativos de sua competência até o encerramento, com a devida prestação de contas à Comissão de Li-



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA**  
*Estado de Goiás*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA**  
*Estado de Goiás*

citação.

**10.12.** Fornecer aos arrematantes vencedores os Termos de Arrematação e os recibos das comissões pagas.

**10.13.** Pagar os tributos federais, estaduais, municipais, inclusive multas, seguros, contribuições e outros encargos decorrentes deste contrato, exceto aqueles tributos que, por força de legislação específica, forem de responsabilidade do CONTRATANTE.

**10.14.** Submeter à Comissão de Licitação, quando for o caso, os recursos apresentados pelos licitantes.

**10.15.** Informar à Comissão qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços.

**10.16.** Não utilizar o nome do CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA desta, em quaisquer atividades de divulgação profissional, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios diversos, impressos etc., com exceção da divulgação do evento específico.

**10.17.** Guardar sigilo das informações que lhe serão repassadas para o cumprimento de sua função, e responsabilizar-se, perante a CONTRATANTE de eventuais danos decorrentes da quebra do sigilo dessas informações, ou pelo seu uso indevido.

**10.18.** Não se pronunciar em nome do CONTRATANTE a órgãos de imprensa, sobre quaisquer assuntos relativos às atividades deste, bem como sobre os procedimentos e/ou expedientes confiados.

**10.19.** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Comissão cujas reclamações ela obriga-se a atender prontamente.

**10.20.** Corrigir imediatamente qualquer falha verificada na execução dos serviços.

**10.21.** Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do CONTRATANTE, no tocante à execução dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas em contrato.

**10.22.** Eximir o CONTRATANTE do pagamento da comissão prevista no Art. 24 do Decreto Federal nº 22.427/1933, conforme disposto no §2º do Art. 42 do Decreto nº 21.981/1932, renunciando expressamente à referida comissão.

**10.23.** Estar ciente e de pleno acordo que a comissão pelos serviços prestados deverá ser paga única e exclusivamente pelo arrematante do bem no leilão, na proporção 5% (cinco por cento) do valor da arrematação, bem como as despesas conforme Instrução Normativa do DNRC no. 113/2010, art. 12, inciso II, alínea A e B, não sendo devido pelo CONTRATANTE qualquer pagamento pelos serviços realizados, senão os exclusivamente os previstos na Lei 14.133/2021.

**10.24.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, bem como manter todas as condições exigidas para a habilitação na licitação ou para a qualificação, na contratação direta (Art. 92, XVI, da Lei Federal nº 14.133/2021).

**10.25.** O Leiloeiro devera responsabilizar-se pelo recebimento dos valores arrecadados no leilão.

## **11. DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS**

**11.1.** Após a homologação do CREDENCIAMENTO, o resultado com os nomes relacionados, aptos à contratação, será publicado no site oficial da Prefeitura de Corumbáiba – GO.

**11.2.** A Comissão poderá realizar diligências para verificar e constatar exigências e regras deste Termo de Referência, bem como do Edital.

**11.3.** O Leiloeiro será Convocado/Comunicado mediante expediente formal emitido pela Secretaria Municipal de Administração.

*Rua Simon Bolívar, nº 58, Centro, Corumbáiba-GO. Fone: (64) 3447-7000*





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA**  
*Estado de Goiás*

---



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA**  
*Estado de Goiás*

**11.4.** Após o recebimento do comunicado o Leiloeiro Convocado terá o prazo de 03 (três) dias úteis para comparecer à sede da Secretaria de Administração para assinar contrato com a Administração Pública.

**11.5.** A recusa injustificada do Leiloeiro oficial em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas.

**11.6.** O Leiloeiro que não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos será desclassificado, perdendo o direito de contratar com a Administração Pública do Município de Corumbáiba-GO.

**MARCOS DIVINO PEIXOTO**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, INFRAESTRUTURA E PLANEJAMENTO**

*Rua Simon Bolívar, nº 58, Centro, Corumbáiba-GO. Fone: (64) 3447-7000*

***Rua Simon Bolívar, nº 58, Centro, Corumbáiba-GO. Fone: (64) 3447-7000***